

TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DO MATO GROSSO DO SUL (TCE/MS)

CARGO 4: AUDITOR DE CONTROLE EXTERNO ÁREA: ENGENHARIA CIVIL

Prova Discursiva P₃ – Questão 1

Aplicação: 26/10/2025

PADRÃO DE RESPOSTA DEFINITIVO

1) A empresa pode, sim, ser penalmente responsabilizada, **fundamentada na prática de infração ambiental por decisão de seus representantes**. A Lei n.º 9.605/1998, em seu art. 3.º, admite expressamente a responsabilização penal da pessoa jurídica por crimes ambientais, desde que a infração tenha sido cometida por decisão de seu representante legal ou contratual, ou de seu órgão colegiado, no interesse ou benefício da entidade. Essa responsabilização é autônoma e pode ocorrer mesmo sem a responsabilização da pessoa física, conforme entendimento consolidado na jurisprudência. Além disso, a responsabilidade das pessoas jurídicas não exclui a das pessoas físicas, autoras, coautoras ou partícipes do mesmo fato.

2) As sanções penais para pessoas físicas, constantes da Lei de Crimes Ambientais (Lei n.º 9.605/1998), incluem penas privativas de liberdade (reclusão ou detenção), multas e penas restritivas de direitos, como prestação de serviços à comunidade, interdição temporária de direitos, suspensão de atividades, prestação pecuniária e recolhimento domiciliar.

3) Há, sim, a possibilidade de atenuação ou substituição da pena privativa de liberdade para os responsáveis pelo crime, caso eles venham a ser condenados. A pena privativa de liberdade pode ser substituída por penas restritivas de direitos, (conforme art. 7.º da Lei n.º 9.605/1998), mesmo nos casos de reincidência, desde que presentes os requisitos legais. A substituição é possível se a infração for culposa ou se a pena aplicada for inferior a 4 anos, desde que não haja violência ou grave ameaça. Quanto à possibilidade de atenuação, o arrependimento do infrator, manifestado pela espontânea reparação do dano causado ao meio ambiente, é causa de atenuação da pena (art. 14), por demonstrar o esforço do infrator em mitigar os efeitos de sua conduta. ~~O art. 14 elenca, ainda,~~ Outras três hipóteses atenuadoras **de acordo com a Lei 9.605/98 são:** o baixo grau de instrução do agente, a comunicação prévia do agente acerca do iminente perigo de degradação ambiental (não observada na situação hipotética em apreço) e a colaboração com os agentes encarregados pela vigilância e pelo controle ambiental.

QUESITOS AVALIADOS

Quesito 2.1 – Responsabilização penal da pessoa jurídica

Conceito 0 – Não respondeu ou o fez de forma totalmente equivocada.

Conceito 1 – Respondeu corretamente que a empresa pode ser responsabilizada, mas não explicou que isso ocorre nos casos em que a infração seja cometida por decisão de seu representante legal ou contratual, ou de seu órgão colegiado, no interesse ou benefício da sua entidade.

Conceito 2 – Respondeu corretamente que a empresa pode ser responsabilizada e explicou que isso ocorre nos casos em que a infração seja cometida por decisão de seu representante legal ou contratual, ou de seu órgão colegiado, no interesse ou benefício da sua entidade.

Quesito 2.2 – Sanções penais aplicáveis às pessoas físicas

Conceito 0 – Não respondeu ou o fez de forma totalmente equivocada.

Conceito 1 – Apresentou apenas uma das três possibilidades de sanção.

Conceito 2 – Apresentou apenas duas das três possibilidades de sanção.

Conceito 3 – Apresentou corretamente as três possibilidades de sanção, mas não exemplificou os tipos de penas restritivas de direitos ou o fez de forma totalmente equivocada.

Conceito 4 – Apresentou corretamente as três possibilidades de sanção, e exemplificou os tipos de penas restritivas de direitos.

Quesito 2.3 – Substituição da pena privativa de liberdade

Conceito 0 – Não respondeu ou o fez de forma totalmente equivocada.

Conceito 1 – Respondeu que a pena privativa de liberdade pode ser substituída por penas restritivas de direitos, mas não mencionou os requisitos legais (a infração ser culposa; a pena ser inferior a 4 anos; o ato ter sido cometido sem violência).

Conceito 2 – Respondeu que a pena privativa de liberdade pode ser substituída por penas restritivas de direitos, mas mencionou apenas um dos requisitos legais.

Conceito 3 – Respondeu que a pena privativa de liberdade pode ser substituída por penas restritivas de direitos, mencionando pelo menos dois dos três requisitos legais.

Quesito 2.4 – Atenuação da pena privativa de liberdade

Conceito 0 – Não respondeu ou o fez de forma totalmente equivocada.

Conceito 1 – Respondeu que há a possibilidade de atenuação, mas não mencionou suas hipóteses.

Conceito 2 – Mencionou corretamente apenas uma das hipóteses de atenuação da pena.

Conceito 3 – Mencionou corretamente duas ou mais hipóteses de atenuação da pena.

TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DO MATO GROSSO DO SUL (TCE/MS)

CARGO 4: AUDITOR DE CONTROLE EXTERNO ÁREA: ENGENHARIA CIVIL

Prova Discursiva P_3 – Questão 2

Aplicação: 26/10/2025

PADRÃO DE RESPOSTA DEFINITIVO

1 Conforme dispõe a ABNT NBR 17188:2024 — que trata da avaliação de potenciais impactos causados nas áreas a jusante de uma estrutura devido à ruptura ou ao mau funcionamento de uma barragem —, **sedimento** é qualquer particulado sólido, gerado por erosão e carreado superficialmente pela água. A **brecha**, por sua vez, corresponde à fenda ou à abertura no sistema estrutural da barragem, que é uma característica inerente à ruptura.

2 O estudo de ruptura hipotética deve avaliar diferentes cenários de simulação, adotando hipóteses distintas de ruptura e(ou) condições extremas. Os cenários avaliados devem contemplar no mínimo: (i) cenários sem ruptura; (ii) cenários de ruptura; e (iii) cenários complementares. O(a) candidato(a) deverá discorrer sobre pelo menos um desses cenários, explicando a importância de sua realização. A simulação dos cenários sem ruptura visa avaliar os impactos de cheias naturais no vale a jusante, sem a influência da onda de ruptura. Já na simulação dos cenários de ruptura, devem ser modelados no mínimo dois cenários, (ruptura da estrutura em dia seco e ruptura da estrutura em dia chuvoso), sendo eles associados às condições hidrológicas do vale a jusante. Os cenários complementares, por sua vez, são importantes, por exemplo, nos seguintes casos:

- reservatórios com mais de um maciço — devem-se elaborar cenários de ruptura para todos os maciços passíveis de mobilização;
- estruturas com pilhas localizadas a montante — devem-se realizar cenários de ruptura sinérgica entre a barragem e a pilha;
- estruturas com maciços longos — devem-se avaliar diferentes localizações para a brecha, de forma que se permita cobrir toda a potencial área de impacto ao redor da estrutura.

3 A partir da identificação dos cenários, com os modos de falha e os mecanismos de ruptura especificados, os parâmetros de brecha são estimados. Os principais parâmetros de uma brecha típica são os seguintes, devendo o(a) candidato(a) mencionar pelo menos dois: (i) t_f – tempo de formação da brecha; (ii) z – declividade lateral da brecha (talude lateral para uma brecha trapezoidal); (iii) B_b – largura da base inferior da brecha; (iv) B_m – largura média tomada na metade da altura da brecha; (v) h_b – altura final da brecha; (vi) E_p – elevação do *piping* (referência do controle de orifício, somente aplicável ao modo de falha de erosão interna).

QUESITOS AVALIADOS

Quesito 2.1 – Definição de sedimento e de brecha

Conceito 0 – Não abordou o quesito ou o fez de forma totalmente equivocada.

Conceito 1 – Definiu corretamente apenas o sedimento ou apenas a brecha.

Conceito 2 – Definiu corretamente aos dois termos.

Quesito 2.2 – Cenários avaliados

Conceito 0 – Não abordou o quesito ou o fez de forma totalmente equivocada.

Conceito 1 – Citou corretamente apenas um cenário que deve ser avaliado.

Conceito 2 – Citou corretamente dois cenários que devem ser avaliados.

Conceito 3 – Citou corretamente os três cenários que devem ser avaliados.

Quesito 2.3 – Importância de um dos cenários

Conceito 0 – Não abordou o quesito ou o fez de forma totalmente equivocada.

Conceito 1 – Discorreu sobre a importância da realização de um dos cenários, mas o fez de forma incompleta ou parcialmente correta.

Conceito 2 – Discorreu adequadamente sobre a importância da realização de um dos cenários.

Quesito 2.4 – Parâmetros de brecha

Conceito 0 – Não abordou o quesito ou o fez de forma totalmente equivocada.

Conceito 1 – Citou corretamente apenas um dos principais parâmetros de uma brecha típica.

Conceito 2 – Citou corretamente dois dos principais parâmetros de uma brecha típica.

**TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO
DO MATO GROSSO DO SUL (TCE/MS)**
CARGO 4: AUDITOR DE CONTROLE EXTERNO
ÁREA: ENGENHARIA CIVIL

Prova Discursiva P₃ – Questão 3

Aplicação: 26/10/2025

PADRÃO DE RESPOSTA DEFINITIVO

Trata-se de auditoria de conformidade ou de regularidade (ISSAI 100, item 22), uma vez que o objetivo é determinar se a distribuição dos livros ocorreu em conformidade com a legislação que rege o programa.

A técnica de circularização ou confirmação externa consiste em obter resposta direta, por escrito, de um terceiro ou beneficiário, quanto ao recebimento de recursos, bens ou serviços que a administração afirma ter sido entregue (ISSAI 4000, item 164). A aplicação da técnica de circularização ou confirmação externa, no caso em apreço, corresponderia ao envio de mensagem ou correspondência a uma amostra de escolas supostamente beneficiadas pelo programa, com o objetivo de indagar se os livros efetivamente foram entregues no exercício de 2024, e a resposta deveria ser enviada diretamente aos auditores.

A caracterização do achado faz-se da seguinte forma (Normas de Auditoria do Tribunal de Contas da União - item 103):

- a) a condição (ou situação encontrada) é a entrega dos livros a apenas 40% das escolas que deveriam ter sido beneficiadas no ano de 2024;
- b) o critério de auditoria está estabelecido no art. 5.º da Lei estadual n.º 5.000/2020, que prevê que a empresa contratada deve entregar os livros em todas as escolas constantes de uma relação a ser disponibilizada anualmente pela SEE;
- c) a causa do achado são inconsistências e omissões nos dados das escolas, indicados na listagem de unidades escolares beneficiárias entregues pela SEE à empresa fornecedora no ano de 2024;
- d) os efeitos do achado são o prejuízo de R\$ 800 mil aos cofres do estado e o impacto negativo sobre a educação dos alunos da rede pública, que não puderam se beneficiar dos livros.

QUESITOS AVALIADOS

Quesito 2.1 – Tipo de auditoria

Conceito 0 – Não respondeu à indagação ou o fez de forma totalmente equivocada.

Conceito 1 – Respondeu corretamente que a auditoria é de conformidade ou regularidade, mas não fundamentou a resposta ou a fundamentou de forma incorreta.

Conceito 2 – Respondeu corretamente que a auditoria é de conformidade ou regularidade e fundamentou a resposta, tendo afirmado que o objetivo desse tipo de auditoria é verificar a conformidade com normas (ou leis ou regras) que regem a matéria.

Quesito 2.2 – Técnica de circularização

Conceito 0 – Não respondeu à indagação ou o fez de forma totalmente equivocada.

Conceito 1 – Abordou corretamente apenas um dos seguintes aspectos: (i) a técnica exige resposta direta aos auditores; (ii) a resposta deve ser feita por escrito; (iii) a resposta deve ser enviada pelos beneficiários de recursos, bens ou serviços; e (iv) no caso concreto, a resposta deve ser solicitada às escolas supostamente beneficiadas ou a seus representantes.

Conceito 2 – Abordou corretamente apenas dois dos aspectos anteriormente enumerados.

Conceito 3 – Abordou corretamente apenas três dos aspectos enumerados.

Conceito 4 – Abordou corretamente todos os aspectos enumerados.

Quesito 2.3 – Caracterização do achado de auditoria

Quesito 2.3.1 – Condição ou situação encontrada

Conceito 0 – Não respondeu à indagação ou o fez de forma totalmente equivocada.

Conceito 1 – Indicou corretamente que a condição é a entrega dos livros a apenas 40% das escolas, mas não mencionou o ano de 2024.

Conceito 2 – Indicou corretamente que a condição é a entrega dos livros a apenas 40% das escolas que deveriam ter sido beneficiadas no ano de 2024.

Quesito 2.3.2 – Critério de auditoria

Conceito 0 – Não respondeu à indagação ou o fez de forma totalmente equivocada.

Conceito 1 – Indicou corretamente que o critério de auditoria é o art. 5.º da Lei estadual hipotética n.º 5.000/2020.

Quesito 2.3.3 – Causa do achado de auditoria

Conceito 0 – Não respondeu à indagação ou o fez de forma totalmente equivocada.

Conceito 1 – Indicou corretamente que a causa são inconsistências e omissões nos dados das escolas.

Quesito 2.3.4 – Efeito do achado de auditoria

Conceito 0 – Não respondeu à indagação ou o fez de forma totalmente equivocada.

Conceito 1 – Indicou que o efeito do achado é o prejuízo de R\$ 800 mil aos cofres estaduais, ou indicou que o efeito é o impacto negativo sobre a educação dos alunos da rede pública que não receberam os livros.

TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DO MATO GROSSO DO SUL (TCE/MS)

CARGO 4: AUDITOR DE CONTROLE EXTERNO ÁREA: ENGENHARIA CIVIL

Prova Discursiva P_3 – Peça de natureza técnica

Aplicação: 26/10/2025

PADRÃO DE RESPOSTA DEFINITIVO

No exercício da função de controle externo, cabe ao auditor de controle externo avaliar a legalidade, a legitimidade e a economicidade da aplicação dos recursos públicos em obras rodoviárias. No caso em análise, constataram-se falhas decorrentes da ausência de fiscalização efetiva por parte do gestor público responsável, o que impacta diretamente a qualidade e a durabilidade do empreendimento.

No que concerne à terraplenagem, verificou-se a alteração dos volumes do serviço de corte em material de terceira categoria, com acréscimos de quantitativos sem a devida comprovação técnica por meio de ensaios de sondagem mista (SPT + rotativa) para atendimento às boas práticas do projeto. Esse feito gera risco de ~~sobrepeso~~ **superfaturamento** e pagamento indevido, pois, em contratos de obras públicas, a medição deve estar lastreada em documentos técnicos consistentes. A ausência de ajustes no projeto e a inexistência de justificativas formais comprometem a fidedignidade do orçamento, podendo acarretar prejuízo financeiro ao erário e responsabilidade solidária dos gestores e fiscais da obra. **Ademais, o serviço de corte em material de terceira categoria tem custo elevado na terraplenagem, devido a sua natureza, executado com uso contínuo de explosivos e maquinário pesado.**

Quanto à base em BGTC, a execução foi realizada com teor de cimento inferior ao especificado no projeto. Essa falha afronta normas técnicas da ABNT e do DNIT, bem como as cláusulas contratuais que determinam a observância integral das especificações de projeto. **O teor de cimento correto garante o comportamento mecânico adequado da base, conforme o CBR e o módulo resiliente indicados no projeto.** A redução do teor de cimento compromete a resistência mecânica da base, impactando negativamente a durabilidade e a segurança estrutural do pavimento. Do ponto de vista contratual, configura-se descumprimento das condições pactuadas, ensejando aplicação de penalidades administrativas e necessidade de reparação do serviço.

No que concerne ao revestimento asfáltico, constatou-se que a espessura executada foi inferior à prevista no dimensionamento do pavimento, embora o pagamento tenha sido efetuado integralmente segundo o quantitativo de projeto. Trata-se de grave irregularidade, pois o pavimento entregue não possui as características estruturais definidas em projeto, reduzindo sua vida útil e comprometendo a segurança dos usuários da rodovia. O pagamento integral por um serviço não executado conforme especificação caracteriza ~~sobrepeso~~ **superfaturamento** e pode configurar dano ao erário, sujeito a responsabilização civil, administrativa e até penal. **Além disso, o serviço de revestimento asfáltico é um item importante da curva ABC do orçamento da obra, geralmente compo**

do, e deve ser objeto de verificação de conformidade técnica. Os possíveis impactos ambientais negativos decorrentes da operação da usina de asfalto são emissões atmosféricas (**particulados do processo de britagem e secagem do agregado, aquecimento do CAP**), poluição sonora (**ruido da usina e britador**) e disposição inadequada de resíduos (**contaminação de corpos hídricos e lençol freático**), em desacordo com a legislação ambiental vigente e com as condicionantes de licenciamento. Recomenda-se, como medidas mitigadoras, a instalação de filtros e sistemas de controle de emissões, gestão adequada de resíduos e efluentes, **instalação de barreira acústica**, bem como a elaboração e a execução de Plano de Controle Ambiental (PCA) específico para o empreendimento.

Diante do exposto, conclui-se que as falhas apontadas são de natureza grave, configurando descumprimento contratual, inobservância de normas técnicas e legais, bem como deficiência na fiscalização da obra. Os encaminhamentos recomendados incluem: (i) glosa dos valores pagos a maior em decorrência de serviços mal executados ou não comprovados; (ii) responsabilização da empresa contratada pela recomposição dos serviços em desacordo com o projeto; (iii) apuração de responsabilidade do agente público omissor na fiscalização; (iv) comunicação ao órgão ambiental competente para aplicação das sanções pertinentes e acompanhamento das medidas mitigadoras; (v) **direito de ampla defesa e de contraditório do agente público (fiscal do contrato e gestor); e (vi) encaminhamento dos autos ao Ministério Público, visando a tomada das medidas cabíveis.**

Assim, o parecer técnico do(a) candidato(a) deve se manifestar pela adoção das providências cabíveis no âmbito administrativo, contratual e ambiental, de modo a resguardar o interesse público, assegurar a adequada execução da obra e prevenir a reincidência de irregularidades em futuros empreendimentos rodoviários.

QUESITOS AVALIADOS

Quesito 2.1 – Acréscimo do volume de corte em rocha

Conceito 0 – Não abordou o quesito ou o fez de forma totalmente equivocada.

Conceito 1 – Desenvolveu argumentos adequados acerca de apenas um dos aspectos listados a seguir: (i) ausência de ajuste no projeto; (ii) sobrepreço/pagamento indevido; (iii) possibilidade de prejuízo ao erário; (iv) responsabilização dos entes envolvidos.

Conceito 2 – Desenvolveu argumentos adequados acerca de dois dos aspectos listados acima.

Conceito 3 – Desenvolveu argumentos adequados acerca de três dos aspectos listados acima.

Conceito 4 – Desenvolveu argumentos adequados acerca dos quatro aspectos listados acima.

Quesito 2.2 – Base BGTC e revestimento asfáltico

Conceito 0 – Não abordou o quesito ou o fez de forma totalmente equivocada.

Conceito 1 – Desenvolveu argumentos adequados acerca de apenas um dos aspectos listados a seguir: (i) exigências normativas para execução da base em BGTC; (ii) exigências normativas de conformidade ao projeto quanto à espessura do revestimento asfáltico; (iii) aspectos contratuais descumpridos quanto à execução da base em BGTC; (iv) aspectos contratuais descumpridos quanto à espessura do revestimento asfáltico.

Conceito 2 – Desenvolveu argumentos adequados acerca de dois dos aspectos listados acima.

Conceito 3 – Desenvolveu argumentos adequados acerca de três dos aspectos listados acima.

Conceito 4 – Desenvolveu argumentos adequados acerca dos quatro aspectos listados acima.

Quesito 2.3 – Impactos ambientais da operação da usina de asfalto

Conceito 0 – Não abordou o quesito ou o fez de forma totalmente equivocada.

Conceito 1 – Apresentou apenas um tipo de impacto ambiental, e não mencionou medidas mitigadoras.

Conceito 2 – Apresentou dois ou mais tipos de impacto ambiental, mas não mencionou medidas mitigadoras.

Conceito 3 – Apresentou dois ou mais tipos de impacto ambiental, mas mencionou apenas uma medida mitigadora.

Conceito 4 – Apresentou dois ou mais tipos de impacto ambiental e mencionou duas ou mais medidas mitigadoras.

Quesito 2.4 – Análise crítica da auditoria e encaminhamentos recomendados

Conceito 0 – Não abordou o quesito ou o fez de forma totalmente equivocada.

Conceito 1 – Apresentou análise crítica das falhas apontadas pela auditoria, mas não apresentou os encaminhamentos.

Conceito 2 – Apresentou análise crítica das falhas apontadas pela auditoria e apresentou apenas um encaminhamento.

Conceito 3 – Apresentou análise crítica das falhas apontadas pela auditoria e apresentou dois ou mais encaminhamentos.